

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FUNDÇÃO PARA CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DE SÃO PAULO
Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Ambiental – Ciências Sociais

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova '16', Tipo 002

Nº de Inscrição _____
MODELO

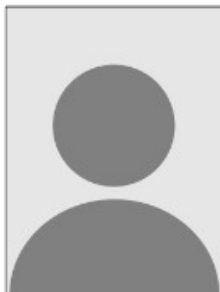
Nº do Caderno _____
TIPO-002

Nº do Documento _____
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O desenvolvimento sustentável une a proteção da natureza e o bem-estar das pessoas para garantir um futuro para todos.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 50 questões numeradas de 1 a 50 e se contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, no espaço apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, baseie-se no texto abaixo.

*Eu vou andando pelo mundo como posso
E me refaço em cada passo dado
Eu faço o que devo, e acho
Não me encaixo em nada
Não me encaixo, em nada*

*Presto atenção nas dores
E choro canções
Da boca da noite
Ao mais tardar das horas
Pensamento meu viaja
Até o amanhecer*

*Quem é que vai ser acalanto agora?
Agora?
Agora, que eu não sinto nada mais
E nada faz sentido*

*Vou fingindo que não presto
Eu não presto
E quero fazer festa no teu corpo
Lento
Deixa*

(LUNA, Luedji. **Acalanto**. 2017)

1. Na progressão dos versos, a voz lírica é construída por uma tensão entre
 - (A) testemunho, reflexão e observação externa.
 - (B) memória, repouso e pertencimento social.
 - (C) errância, recomposição e inadequação afetiva.
 - (D) emoção, equilíbrio e registro objetivo.
 - (E) celebração, plenitude e confiança amorosa.
2. Em *me refaço* e *me encaixo*, o pronome átono contribui para
 - (A) introduzir explicação em forma de aposto.
 - (B) marcar processo centrado no próprio sujeito.
 - (C) indicar posse de elemento externo ao eu.
 - (D) retomar interlocutor referido antes.
 - (E) substituir termo espacial antecedente.
3. Na reescrita de *Presto atenção nas dores*, a forma adequada é: Presto atenção
 - (A) há dores.
 - (B) á dores.
 - (C) as dores.
 - (D) à dores.
 - (E) às dores.
4. A reescrita que preserva com maior precisão o sentido de *Agora, que eu não sinto nada mais / E nada faz sentido* é:
 - (A) Agora mesmo, embora vazio, algum nexo ainda se sustenta.
 - (B) No presente, sem reconhecer emoção, a vida parece explicada.
 - (C) Nesta hora, com afetos contidos, o mundo perde nitidez.
 - (D) Neste momento, sem sentir coisa alguma, tudo perde sentido.
 - (E) Neste instante, sem qualquer abalo, perco apenas o rumo.



Atenção: Para responder às questões de números 5 a 8, baseie-se no texto abaixo.

A voz do chão

Eu os conheço a todos. Reconheço-os pelas pisadas e por elas sei de seus humores, de seus sentimentos, de suas urgências, preguiças, de seu contentamento ou aflição. Sei de sua grandeza e mesquinhez. Leio seus passos quando apenas roçam minhas lajes em corridas alegres de pés pequenos ou quando me oprimem com o peso de vidas inteiras. Foi seu tropel incessante que me despertou do meu sono de pedra. Só eu os conheço a todos porque só eu estou sempre neles como eles estão em mim. Eles me criaram e agora eu os crio. Quero-os como são porque quando eles deixarem de ser, tampouco eu serei. Não os posso fazer como eu os quisera, sempre formosos, felizes, generosos e livres, mas como mãe os crio, tais quais me vieram, acolho-os. Sou seu chão. Vejo tudo e não os julgo, sei apenas que são humanos e me comovem. Pela linguagem de seus pés, vou desenleando suas histórias uma a uma. Vivem eles mesmos, a vida toda, a narrar, narrar-se, passado, presente e futuro. Meus ouvidos de terra, pedra e cal ouvem, aprendo. Creio ter compreendido que nisto consiste poderem ser narrados, cada um deles, como uma história.

(Adaptado de: REZENDE, Maria Valéria. **Vasto Mundo**. 2016)

5. Considerando a correlação entre *A voz do chão* e o desenvolvimento do texto, o título
- (A) atribui ao chão a condição de sujeito narrador, que escuta, interpreta e recompõe as histórias humanas a partir dos passos.
 - (B) indica uma memória material do espaço, sem relação afetiva entre o chão e os sujeitos observados.
 - (C) anuncia uma voz coletiva dos passantes, que relatam diretamente suas experiências ao longo das lajes.
 - (D) destaca a sonoridade dos deslocamentos, restringindo o chão à função de suporte físico dos passos.
 - (E) sugere um paradoxo, embora o texto mantenha o chão como cenário neutro das ações humanas.
-
6. Na construção *mas como mãe os crio*, a comparação contribui para
- (A) associar o chão a uma forma de cuidado sem idealização.
 - (B) substituir a cidade por uma família harmoniosa.
 - (C) reduzir o chão a cenário físico sem função afetiva.
 - (D) marcar inferioridade moral diante dos passantes.
 - (E) transformar os humanos em filhos disciplinados.
-
7. A expressão *linguagem de seus pés* produz sentido conotativo porque
- (A) substitui a narração por registro médico do corpo.
 - (B) identifica o chão como parte do corpo humano.
 - (C) converte pisadas em sinais capazes de narrar histórias.
 - (D) reduz os passos a movimentos corporais neutros.
 - (E) descreve ruídos por critérios técnicos de acústica.
-
8. No período *Quero-os como são porque quando eles deixarem de ser, tampouco eu serei*, os conectivos *como*, *porque* e *quando* articulam
- (A) consequência, proporção e adição coordenada.
 - (B) conformidade, explicação causal e projeção temporal.
 - (C) concessão, conclusão e enumeração nominal.
 - (D) oposição, finalidade e retificação.
 - (E) condição, alternância simples e restrição adjetiva.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 12, baseie-se no texto abaixo.

A verdade e a percepção foram sempre irmãs desavindas. De vez em quando alinham e entendem-se, mas a maior parte das vezes cada uma anda para seu lado. Tendemos, individualmente e como sociedade, a enganar-nos e a iludir-nos. Apesar das evidências nos contrariarem, insistimos em estar errados sobre muita coisa. A forma como percebemos o mundo é, muitas vezes, bastante distante do que mostram os fatos, os números, os estudos e os especialistas. Isso tem impactos enormes nas nossas vidas pessoais e também na vida coletiva. Como mamíferos, estamos desenhados com um lobo pré-frontal, o "diretor-executivo" da mente, pequeno, enquanto a glândula que segrega a adrenalina, o nosso sistema de alarme, é bastante grande. Os mecanismos de defesa primitivos foram vitais durante milênios para a reação de "luta ou fuga". Hoje continuam a ajudar-nos, claro, mas também nos causam problemas. Alimentam um sistema gerador de ilusões. O investigador social Bobby Duffy trabalhou sobre este tema num magnífico livro chamado "Os Perigos da Percepção". Nele descreve que somos receptores do que nos dizem os meios de comunicação social e as redes sociais, mas o modo como pensamos está toldado por muitos atalhos mentais errôneos. Não conseguimos mudar o desenho do nosso cérebro. Mas podemos, pelo menos, saber como ele funciona para não nos deixarmos enganar ou manipular tão facilmente. Seja nas redes sociais ou por pessoas à nossa volta.

(Adaptado de: ANJOS, Mafalda. Seis vieses que alimentam percepções erradas. **Folha de São Paulo**, 21 de junho de 2026)

9. O texto se organiza em torno da ideia de que:
- (A) compreender as pessoas substitui o estudo do funcionamento mental.
 - (B) evitar redes sociais basta para impedir formas de engano.
 - (C) alterar a estrutura cerebral permite controlar influências externas.
 - (D) conhecer mecanismos cognitivos pode reduzir formas de manipulação.
 - (E) conviver com outras pessoas elimina a autonomia individual.
10. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Não se tratam apenas de opiniões divergentes, mas de estratégias persuasivas.
 - (B) A exposição constante às redes sociais favorecem julgamentos apressados.
 - (C) Conhecer os próprios vieses ajuda a reduzir formas de manipulação.
 - (D) Devem existir, em cada escolha cotidiana, algum tipo de influência externa.
 - (E) O debate, a persuasão e o convencimento faz parte da vida pública.
11. Considerando as formas de incorporação de vozes no texto, identifica-se discurso indireto em:
- (A) O investigador descreve que somos receptores do que nos dizem os meios de comunicação social e as redes sociais.
 - (B) Não conseguimos mudar o desenho do nosso cérebro, mas podemos compreender seu funcionamento.
 - (C) Bobby Duffy trabalhou sobre este tema num magnífico livro chamado "Os Perigos da Percepção".
 - (D) Os mecanismos de defesa primitivos foram vitais durante milênios para a reação de "luta ou fuga".
 - (E) A verdade e a percepção foram sempre irmãs desavindas, ainda que por vezes se alinham.
12. A metáfora presente em *A verdade e a percepção foram sempre irmãs desavindas* sugere, a respeito dessas duas noções, que elas
- (A) dependem da vontade individual para se ajustarem de modo estável.
 - (B) coincidem quando fatos, números, estudos e especialistas são apresentados.
 - (C) ocupam campos independentes, sem relação direta com a experiência humana.
 - (D) anulam-se mutuamente na formação dos juízos individuais e coletivos.
 - (E) mantêm proximidade conceitual, embora frequentemente entrem em desacordo.

Raciocínio Lógico-Matemático

13. Para realizar a manutenção preventiva na rede elétrica de um condomínio, uma equipe composta por 6 eletricitas, todos com a mesma produtividade, leva exatamente 10 horas de trabalho. Se o condomínio contratasse mais 2 eletricitas, com essa mesma produtividade, para ajudar na execução desde o início, o tempo total para concluir a mesma manutenção seria reduzido em
- (A) 4 horas e 30 minutos.
 - (B) 2 horas e 30 minutos.
 - (C) 3 horas e 00 minutos.
 - (D) 8 horas e 00 minutos.
 - (E) 7 horas e 30 minutos.
14. Uma loja de roupas comprou um lote de casacos diretamente da fábrica por um custo unitário de R\$ 120,00. Para cobrir impostos e custos operacionais, o gerente aumentou o preço de custo em 40%, gerando o preço de etiqueta. Durante uma liquidação de inverno, o gerente decidiu anunciar esses casacos com um desconto de 10% sobre o preço de etiqueta. Mesmo com o desconto aplicado, o lucro bruto real obtido pela loja na venda de cada casaco é, em R\$, de
- (A) 51,20.
 - (B) 43,20.
 - (C) 36,00.
 - (D) 31,20.
 - (E) 48,00.



15. Um produtor rural colheu um lote de 1.000 kg de grãos de soja fresca. No momento da colheita, o lote apresentava um teor de umidade equivalente a 99% do seu peso total. Após passar alguns dias secando ao sol, em um galpão, parte da água evaporou, e o teor de umidade caiu para 98% do peso total do lote. Considerando que a massa de matéria seca (soja pura, sem água) permaneceu inalterada, o peso total final do lote após a secagem passou a ser, em kg, de
- (A) 990.
(B) 490.
(C) 980.
(D) 750.
(E) 500.
-
16. Em uma fábrica de calçados, o custo de produção de um lote de sapatos é diretamente proporcional ao quadrado do número de artesãos trabalhando na confecção e inversamente proporcional ao número de máquinas automáticas auxiliares disponíveis. Quando operando com 4 artesãos e 2 máquinas, o custo de um lote é de R\$ 2.400,00. Se a fábrica alterar sua estrutura para 6 artesãos e 9 máquinas, o custo de produção desse mesmo lote passará a ser, em R\$, de
- (A) 5.400,00.
(B) 1.600,00.
(C) 1.200,00.
(D) 2.700,00.
(E) 3.600,00.
-
17. Um astrônomo concluiu seu bacharelado aos 19 anos e, logo em seguida, passou a décima parte de sua vida trabalhando em observatórios isolados no deserto. Depois disso, dedicou a metade de sua vida a liderar missões de exploração espacial. Seus anos de aposentadoria, que corresponderam a $\frac{1}{5}$ de sua vida, foram dedicados a escrever livros de ficção científica. Esse astrônomo viveu por
- (A) 95 anos.
(B) 99 anos.
(C) 90 anos.
(D) 105 anos.
(E) 100 anos.
-
18. Considere a sequência lógica de pares numéricos cujos primeiros termos são apresentados a seguir:
- (3, 7); (5, 11); (9, 19); (17, 35); (33, 67); ...
- Mantendo-se o mesmo padrão ou lei de formação para os termos subsequentes, a soma dos dois componentes do 7º par dessa sequência é igual a
- (A) 412.
(B) 393.
(C) 231.
(D) 388.
(E) 195.
-
19. Um alvo possui apenas as pontuações 5 e 7. Podendo lançar quantas flechas quiser, a maior pontuação impossível de alcançar é
- (A) 26.
(B) 29.
(C) 18.
(D) 33.
(E) 23.
-
20. Dois candidatos, Alex e Bruno, disputam a última vaga de um concurso público. O critério de desempate será a regularidade das notas nas 4 provas realizadas. As notas de Alex foram 7, 8, 7 e 10. As notas de Bruno foram 6, 9, 8 e 9. Ambos obtiveram a mesma média aritmética (8,0).
- Para decidir quem foi mais regular, a banca calculou o desvio padrão de cada um. Sabendo que o candidato mais regular é aquele com o menor desvio padrão,
- (A) Alex venceu, pois seu desvio padrão é 1 e o de Bruno é $\sqrt{1,5}$.
(B) houve empate, pois ambos possuem a mesma variância.
(C) Bruno venceu, pois seu desvio padrão é $\sqrt{1,5}$ e o de Alex é $\sqrt{1,75}$.
(D) Bruno venceu, pois sua variância é 1,5 e a de Alex é 2,0.
(E) Bruno venceu, pois seu desvio padrão é $\sqrt{1,5}$ e o de Alex é $\sqrt{2,5}$.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Para Ferdinand Tönnies, o conceito que define a natureza das relações humanas predominantes na Era Moderna é:

- (A) Sociação.
- (B) Processo civilizador.
- (C) Sociedade.
- (D) Solidariedade orgânica.
- (E) Modernidade líquida.

22. Sobre o desmatamento dos biomas brasileiros, considere:

Área desmatada no Brasil (em hectares)									% variação 2024-2025
Bioma	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total	
Amazônia	772.714	882.939	1.112.225	1.246.786	454.251	378.254	289.478	5.136.648	-23,5%
Caatinga	13.632	66.623	114.953	140.100	204.469	174.119	128.947	842.842	-25,9%
Cerrado	400.412	636.007	583.886	662.031	1.107.275	650.370	540.614	4.580.595	-16,9%
Mata Atlântica	10.916	24.030	30.055	30.331	13.261	13.553	12.912	135.058	-4,7%
Pampa	626	1.265	2.427	3.108	1.521	880	583	10.409	-33,8%
Pantanal	21.795	28.580	30.162	32.722	58.235	23.756	12.260	207.511	-48,4%
Brasil	1.220.095	1.639.444	1.873.709	2.115.078	1.839.012	1.240.933	984.794	10.913.064	-20,6%

(Adaptado de: RAD 2025: **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil**. São Paulo, MapBiomass, 2026, p. 10)

Conforme as informações apresentadas:

- (A) os maiores decréscimos na área desmatada em 2025 ocorreram no Pantanal e no Pampa.
- (B) a Caatinga e a Mata Atlântica foram os biomas com as maiores áreas desmatadas entre 2019 e 2025.
- (C) o ápice do desmatamento dos seis biomas brasileiros ocorreu em 2022.
- (D) em 2025, a Mata Atlântica destacou-se com a maior queda proporcional na área desmatada em comparação com 2024.
- (E) em 2021 todos os biomas apresentaram aumento na área desmatada em relação ao ano anterior.

23. ... a constatação de que a Educação Ambiental compreendia um universo pedagógico multidimensional que girava em torno das relações estabelecidas entre o indivíduo, a sociedade, a educação e a natureza foi exigindo aprofundamentos que se desdobraram em sucessivas análises e aportes teóricos de crescente sofisticação, tornando essa prática educativa mais complexa do que se poderia imaginar.

(Adaptado de: LAYRARGUES, Philippe Pomier. LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **As macro tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira**. Ambiente & Sociedade, São Paulo, vol. XVII, n. 1, p. 23-40, jan.-mar. 2014)

Como indicado no excerto acima, a trajetória da Educação Ambiental no Brasil está marcada por uma complexificação gradativa, cuja lógica político-pedagógica atual é definida pela:

- (A) homogeneidade de atores e instituições, que, ao compartilharem concepções unívocas sobre a educação, buscam ajustar-se ao neoliberalismo em seu cotidiano.
- (B) síntese conceitual sobre o meio ambiente e sua relação com a sociedade, baseada na visão de que os problemas observados na natureza são efeitos inevitáveis da modernização, mas que podem ser corrigidos a partir do ensino formal nas escolas.
- (C) pluralidade de visões e metodologias de ensino, refletindo a diversidade de seus protagonistas e os inúmeros contextos sociais em que estão inseridos, o que resultou em práticas pedagógicas mais reflexivas e voltadas para a crítica mais ampla da sociedade.
- (D) renúncia a inúmeras denominações como "humanista", "conservacionista", "sistêmica", "naturalista", "crítica", "etnográfica", "feminista", visando uma representação mais fidedigna da realidade social e econômica em que se insere.
- (E) ênfase em práticas educativas centradas no ensino infantil e em ações e comportamentos individuais no âmbito privado como forma de contornar os conflitos inerentes às relações entre a economia e o meio ambiente.



24. O conceito de cultura desenvolvido pelos evolucionistas, como Lewis H. Morgan, Edward B. Tylor e James G. Frazer, tem como pressuposto fundamental:
- (A) difusão de elementos culturais entre povos de diferentes lugares.
 - (B) consideração da cultura como um conjunto de textos, que devem ser interpretados de acordo com os significados tecidos pelo próprio ser humano.
 - (C) constatação de que cada sociedade constitui um todo coerente formado por partes interdependentes que desempenham uma ou mais funções de integração dessa totalidade.
 - (D) existência de estágios sucessivos e necessários do desenvolvimento cultural humano em qualquer região do mundo.
 - (E) compreensão da diversidade de culturas particulares segundo suas próprias características e especificidades.

25. ... novo estudo do Instituto Socioambiental (ISA), que comprova com dados o papel fundamental de Povos Indígenas e Tradicionais como guardiões das florestas do Brasil. [...] Os resultados mostram que os Povos Indígenas e Tradicionais são responsáveis, juntos, pela proteção de um terço das florestas no Brasil. Nos últimos 35 anos, somente as Terras Indígenas protegeram 20% do total de florestas nacionais.

(Adaptado de: Instituto Socioambiental. Estudo comprova que Povos Indígenas e Tradicionais são essenciais para a preservação das florestas. 09/08/2022. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acessado em: 26/06/2026)

Uma estratégia fundamental para garantir a manutenção dessas atividades de conservação da biodiversidade pelos povos indígenas e tradicionais é

- (A) a modernização de suas atividades econômicas para contornar a ineficácia dos métodos tradicionais de uso da terra.
 - (B) a regularização fundiária e proteção dos territórios dessas populações.
 - (C) a absorção cultural e econômica dessas comunidades pela sociedade mais ampla que as envolve.
 - (D) o fortalecimento de atividades econômicas como o agronegócio, a mineração e projetos de energia e imobiliários nesses territórios.
 - (E) a mudança na legislação ambiental que favoreça a produção de *commodities*, beneficiando economicamente essas populações.
26. Para Max Weber, o conceito de poder refere-se:
- (A) à busca constante de preservação pessoal diante do desequilíbrio e competição encontrados no estado de natureza, no qual predomina o conflito e cuja saída está no Estado.
 - (B) a um fenômeno empiricamente observável por meio de suas relações com a personalidade política dos indivíduos, em termos de uma transferência racionalizada para objetos públicos.
 - (C) à capacidade de garantir o cumprimento de obrigações legitimadas pelos fins de um sistema de organização coletiva a partir da imposição de sanções negativas.
 - (D) às atitudes, características e virtudes que o príncipe deve possuir para manter-se à frente do governo.
 - (E) à chance de impor a vontade própria dentro de uma dada relação, ainda que diante de resistências e independentemente daquilo em que se baseia essa chance.
27. A configuração histórica do Estado de Bem-Estar Social emergiu das relações entre sociedade, mercado e política após a Segunda Guerra Mundial, entrando em crise a partir da década de 1970. Esse processo de decadência é explicado pela:
- (A) valorização de sindicatos, serviços sociais e legislações trabalhistas para impedir o aprofundamento da crise do petróleo de 1973.
 - (B) manutenção das políticas de pleno emprego, o que fortaleceu as lutas coletivas pela manutenção dos postos de trabalho.
 - (C) expansão dos gastos públicos como contramedida das crises fiscais e financeiras atravessadas pelos Estados.
 - (D) ascensão de correntes políticas conservadoras que animaram projetos neoliberais de reforma dos Estados.
 - (E) intensificação das políticas de pleno emprego e de proteção social com o fim de conter a reação popular.

28. *A transformação continua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanente distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas.*

(Adaptado de: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. In: Reis Filho, Daniel Aarão (org.). O Manifesto Comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 11)

O trecho de Karl Marx e Friedrich Engels acima faz referência:

- (A) ao papel revolucionário da burguesia.
- (B) ao nascimento da sociedade comunista.
- (C) à distinção entre valor de uso e valor de troca.
- (D) ao papel revolucionário do proletariado.
- (E) à relação entre infraestrutura e superestrutura.



29. Redigida há 35 anos, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é um dos principais tratados internacionais sobre os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais no que diz respeito à sua organização e modo de vida. Adotada na Conferência Geral da OIT realizada em 1989 na cidade de Genebra, na Suíça, [...] teve por objetivo eliminar todos os tratados internacionais mais antigos que ainda contivessem ideias retrógradas sobre os direitos dos povos originários. Suas principais inovações foram a noção de autorreconhecimento dos povos indígenas, a afirmação da profunda relação dos povos com suas terras tradicionais e o protocolo de consentimento prévio, livre e informado.

(Adaptado de: Jornal da USP. O que é e para que serve a Convenção 169 da OIT? 04/04/2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Acessado em 26/06/2026)

Desde 2003, quando passaram a valer no Brasil as regras da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, a aplicação desse instrumento jurídico no Brasil tem se caracterizado:

- (A) pela retomada da ideia de que os povos indígenas devem ser gradualmente assimilados à cultura da sociedade hegemônica que os envolve.
 - (B) pelo consenso em sua interpretação, tendo em vista a ausência de polêmicas ou divergências quanto aos seus dispositivos.
 - (C) pela garantia plena de proteção e posse coletiva dos territórios tradicionais, um dos principais avanços do dispositivo legal.
 - (D) pela priorização dos povos indígenas em detrimento de outros povos tradicionais, devido à grande população dos primeiros quando comparada à dos segundos.
 - (E) pela parcialidade de seus efeitos, sobretudo no caso das consultas prévias, livres e informadas, que não têm assegurado a legitimidade dos processos de decisão.
30. Fez uma defesa da observação participante, ou seja, do convívio intenso com os nativos em suas aldeias por longos períodos, quando aprendia sua língua e costumes, compartilhava intensamente de seu cotidiano e descrevia tudo em textos detalhados, o que só era possível com uma profunda inserção cultural, tendo sido esta a maior contribuição de
- (A) Ruth Benedict.
 - (B) Bronislaw Malinowski.
 - (C) Marcel Mauss.
 - (D) Margaret Mead.
 - (E) Claude Lévi-Strauss.
31. Nas pesquisas de caráter qualitativo, a entrevista é um recurso capaz de captar elementos como opiniões, valores, sentimentos, atitudes e comportamentos de indivíduos e grupos sociais situados em um dado contexto sociocultural. O fundamento metodológico da entrevista que a distingue dos procedimentos quantitativos é
- (A) o distanciamento do pesquisador em relação à produção dos dados.
 - (B) o raciocínio indutivo e interpretativo.
 - (C) o controle e manipulação de variáveis em laboratório.
 - (D) a linguagem matemática e estatística.
 - (E) os resultados com validade geral e independentes do momento em que ocorrem.
32. Considere as seguintes proposições sobre as mudanças climáticas:
- I. São alterações de curto prazo nos padrões de temperatura e clima do planeta Terra decorrentes de ações antrópicas como a emissão de poluentes e a destruição de florestas.
 - II. As atividades humanas dependentes da queima de combustíveis fósseis como fonte de energia produzem gases de efeito estufa que retêm o calor do sol, aumentando as temperaturas globais e desorganizando o clima.
 - III. As consequências do aquecimento global são múltiplas e sistêmicas, incluindo a elevação do nível do mar, secas mais intensas e prolongadas, inundações, derretimento das calotas polares, incêndios florestais e perda da biodiversidade.
 - IV. Os efeitos das alterações no clima são equivalentes para todos os países, assim como as responsabilidades por sua recorrência, tratando-se, portanto, de fenômenos alheios às diferenças econômicas e aos modelos de desenvolvimento adotados por cada um deles.
 - V. Se a principal causa da elevação da temperatura do planeta é a utilização de combustíveis fósseis, é preciso alterar esta base energética, por meio do incentivo às fontes renováveis como a energia eólica e solar, para que o problema seja equacionado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV e V.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II, III e V.



33. A importância da formação da agenda de políticas públicas está na identificação das questões consideradas fundamentais para a vida coletiva em um dado momento e que serão convertidas em prioridades de governo. No processo das políticas públicas, uma característica da formação da agenda é
- (A) a exigência de foco no tipo de problema a ser abordado, como forma de obtenção de consensos e garantias.
 - (B) os problemas mais relevantes são definidos pelos cidadãos reunidos em assembleias deliberativas.
 - (C) a presença de interesses incompatíveis entre si que geram conflitos no momento de sua definição e instabilidades em sua consecução.
 - (D) o papel do Estado é secundário, cabendo aos agentes privados as principais articulações e ações pré-decisórias.
 - (E) a estabilidade do sistema político que impede a interrupção e nulidade das linhas de ação acordadas após profundas discussões.

34. A socióloga Karina pretende realizar uma pesquisa cujo objetivo principal é compreender as representações de uma equipe de fiscalização de um órgão ambiental sobre a correlação entre as desigualdades socioeconômicas da cidade de São Paulo e o cotidiano de uma comunidade afetada pela poluição de um córrego. O procedimento de pesquisa adequado para esse fim é:
- (A) definição de uma amostra probabilística dos moradores de áreas degradadas na cidade de São Paulo para aplicação de um questionário estruturado.
 - (B) análise dos dados estatísticos registrados no último censo do IBGE para compor uma caracterização mais objetiva dos moradores da comunidade: idade, sexo, escolaridade, religião, tipo de moradia etc.
 - (C) consulta a documentos oficiais arquivados no órgão ambiental que registrem a trajetória profissional de cada membro da equipe, com o fim de obter informações relevantes para a pesquisa.
 - (D) realização de grupo focal para captar as percepções individuais e avaliar as diferentes compreensões, crenças e atitudes que emergem das discussões entre os membros da equipe de fiscalização.
 - (E) entrevista semiestruturada com alguns moradores da comunidade quanto às condições de vida no local e as perspectivas de solução dos principais problemas urbanos observados.

35. ... O habitus, o mais "popular" dos conceitos de Pierre Bourdieu, tem sido alvo da maior parte das críticas, pois a ele se atribui frequentemente um caráter mecânico e inescapável de produtor da "reprodução" social. Bourdieu ressaltou, entretanto, inúmeras vezes, que a noção de habitus visava marcar uma ruptura com a filosofia intelectualista da ação, que se fundava no pressuposto do caráter racional de toda a ação verdadeiramente humana. Consequentemente ele priorizou a análise das razões práticas, aquelas que do seu ponto de vista são as mais frequentes na vida social.

(Adaptado de: Brandão, Zaia. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 227-241, jan./abr. 2007)

O texto acima corresponde a uma crítica

- (A) às interpretações equivocadas de um conceito de Pierre de Bourdieu.
 - (B) à ausência de mediação entre conceitos e a construção dos objetos de pesquisa.
 - (C) aos riscos de viés na pesquisa por conta da adoção de uma única perspectiva teórica.
 - (D) à apropriação do conceito de *habitus* para fins políticos.
 - (E) ao uso inadequado de diferentes metodologias em uma mesma pesquisa.
36. Adotada em 2015, a Agenda 2030 da ONU apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas de ação global a eles relacionadas que devem ser atingidos até 2030. São considerados inúmeros temas, com destaque para a questão ambiental, o desenvolvimento econômico sustentável e as desigualdades sociais. As dificuldades de implementação que essa agenda global tem enfrentado dizem respeito ao:
- (A) colapso do desenvolvimento econômico que tais medidas representariam, o que resulta em sua impopularidade e no consequente afastamento dos governos destes propósitos.
 - (B) excesso de compensações financeiras e incentivos fiscais aos projetos propostos, os quais têm gerado uma competição exacerbada entre os atores envolvidos em sua elaboração e implantação.
 - (C) desafio de coordenar esforços coletivos através de uma cooperação internacional que supere os entraves geopolíticos e os interesses econômicos em contradição com a agenda.
 - (D) descompasso entre as metas indicadas e a ausência de elementos objetivos que justifiquem os esforços que tais mudanças exigem.
 - (E) escopo do plano de ação, uma vez que são muitos objetivos e metas a serem alcançados, impossibilitando sua efetivação.



37. ...A política ambiental federal brasileira começou a ser delineada a partir da década de 1930, tendo evoluído, principalmente, a partir da pressão de organismos internacionais e multilaterais (Banco Mundial, sistema ONU – Organização das Nações Unidas, e movimento ambientalista de ONGs) e em função de grandes acontecimentos internacionais ocorridos a partir da segunda metade do século XX. Tais acontecimentos influenciaram o curso das políticas ambientais em todo o mundo.

(Adaptado de: MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: _____. (org.). **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016, p. 13-43)

Avalie as seguintes proposições sobre a política ambiental brasileira:

- I. Com a urbanização e a industrialização experimentadas a partir do final da década de 1960, a temática ambiental ganha maior impulso, tendo em vista a poluição gerada pelas atividades produtivas da indústria nos grandes centros urbanos, a preocupação com a degradação do meio ambiente e a necessidade de interferências nesse processo.
- II. Com a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, no início da década de 1980, criou-se o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), cujos órgãos e entidades são responsáveis pela edição de normas e execução das políticas públicas ambientais nas esferas administrativas federal, estadual e municipal.
- III. Com a Constituição Federal de 1988, inaugura-se um período de descentralização das políticas sobre o meio ambiente, estruturando-se inúmeras instituições (órgãos, institutos, secretarias e conselhos) a partir da definição da temática ambiental como competência da União, estados e municípios.
- IV. Entre as décadas de 1930 e 1960, embora administrada por órgãos especiais do Estado, a política ambiental do país estava relacionada à exploração e controle dos recursos naturais pelas empresas multinacionais, visando a otimização de seu uso econômico.
- V. Nos últimos anos, o processo de elaboração e execução das políticas públicas ambientais brasileiras dispensou a cooperação entre os entes da federação, uma vez que as atribuições de cada um deles estão bem definidas no ordenamento jurídico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, IV e V.
- (E) II e IV.

38. ... A coisa se opõe à ideia assim como o que se conhece a partir de fora se opõe ao que se conhece a partir de dentro. É coisa todo objeto do conhecimento que não é naturalmente penetrável à inteligência, tudo aquilo de que não podemos fazer uma noção adequada por um simples procedimento de análise mental, tudo o que o espírito não pode chegar a compreender a menos que saia de si mesmo, por meio de observações e experimentações, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis aos menos visíveis e aos mais profundos.

(Adaptado de: DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. xvii)

A regra fundamental do método sociológico de Émile Durkheim que consiste em tratar os fatos sociais como coisas significa:

- (A) reconhecimento do idealismo em oposição aos princípios objetivistas.
- (B) adoção do apriorismo como ideal de conhecimento.
- (C) rejeição do holismo em face da primazia do sujeito.
- (D) distância do positivismo e recusa de sua metodologia.
- (E) adesão ao objetivismo em lugar de princípios metafísicos.

39. O estudo de caso constitui uma estratégia de pesquisa que permite a análise aprofundada do fenômeno considerado e a coleta circunstanciada de informações, embora apresente a seguinte limitação metodológica:

- (A) Dificuldade de verificação de hipóteses gerais.
- (B) Impossibilidade de utilização de múltiplas fontes de evidência.
- (C) Inflexibilidade para adequar-se a situações inusitadas da pesquisa.
- (D) Ausência de validade interna.
- (E) Dependência de generalizações estatísticas.



40. Em relação ao ciclo de políticas públicas, considere:

- I. Trata-se de um modelo heurístico que pressupõe a existência de fases sequenciais interdependentes.
- II. São regras protocolares que prescrevem as etapas de uma política pública a serem seguidas por seus elaboradores.
- III. Constitui uma referência para a orientação e aferição dos momentos e processos de uma política pública.
- IV. Representa aquilo que de fato ocorre na realidade de uma política pública, inclusive eventuais dificuldades, inaptações e surpresas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I, III e IV.

41. Surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1980, propondo uma ressignificação da questão ambiental no que diz respeito à sua relação com outras pautas sociais, como o desemprego, o racismo e as desigualdades.

O movimento social a que o texto faz referência é:

- (A) Movimento Ambientalista.
- (B) Movimento *MeToo*.
- (C) *Occupy Wall Street*.
- (D) Movimento pelos Direitos Civis.
- (E) Movimento de Justiça Ambiental.

42. O discurso da modernização ecológica emerge na década de 1980 como uma forma de redefinir a relação entre desenvolvimento econômico e a urgência de preservação ambiental. A novidade na linguagem conceitual subjacente a esse discurso foi

- (A) o pessimismo em torno dos problemas ambientais e da destruição dos ecossistemas, cuja solução estava cada vez mais distante.
- (B) a indicação de que não existe incompatibilidade entre economia e meio ambiente.
- (C) a ênfase nos conflitos de classes e nas relações sociais de produção.
- (D) a visão de que os problemas ambientais são o resultado de decisões individuais de determinados atores.
- (E) a percepção da proteção ambiental como um obstáculo para o crescimento econômico futuro.

43. [...] nas duas últimas décadas, tem ocorrido um forte processo de expansão e periferização das favelas no município de São Paulo, que, em geral, ocupam áreas públicas, muitas vezes localizadas em fundos de vale e beiras de córregos, com risco de enchentes, ou em encostas com declividades acentuadas, com alta propensão à erosão, configurando-se situações de desigualdade ambiental.

(Adaptado de: ALVES, Humberto Prates da Fonseca. "Desigualdade ambiental no município de São Paulo: análise da exposição diferenciada de grupos sociais a situações de risco ambiental através do uso de metodologias de geoprocessamento." **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 301-316, jul./dez. 2007)

O conceito de desigualdade ambiental referido acima equivale à seguinte definição:

- (A) Relação entre a distribuição assimétrica dos riscos ambientais e outras formas de desigualdade presentes em uma população.
- (B) Consequência da exposição prolongada de indivíduos e grupos sociais a riscos ambientais em um dado território.
- (C) Injustiça resultante da distribuição diferenciada de externalidades ambientais entre os bairros de uma cidade.
- (D) Sobreposição dos efeitos da destruição ambiental para os moradores de diferentes localidades.
- (E) Exposição simultânea a diversos riscos ambientais que ocorrem em determinadas áreas de uma cidade.



44. Segundo Max Weber, a análise sociológica e a metodologia peculiar que a acompanha diz respeito
- (A) à análise das interações cotidianas como performances em um palco.
 - (B) à centralidade dos processos imediatos de interação social, baseados no caráter simbólico da ação social.
 - (C) à definição e delimitação prévias do objeto a ser abordado.
 - (D) ao caráter construtivo da formação de conceitos.
 - (E) à busca de sistemas totalizadores de explicação.
-
45. Em um modelo estatístico probabilístico, a disposição dos valores de uma variável aleatória contínua é denominada:
- (A) Desvio padrão.
 - (B) Erro padrão da média.
 - (C) Distribuição normal.
 - (D) Polígono de frequências.
 - (E) Distribuição binomial.
-
46. O processo administrativo para apuração de infrações ambientais no Estado de São Paulo, conduzido pela CETESB, é regido por normas específicas e a aplicação de penalidades, em especial a de multa, envolve uma análise detalhada de circunstâncias que podem modificar a sanção. Nesse contexto normativo,
- (A) caso uma infração seja classificada como 'leve', a presença de qualquer circunstância agravante, como o dolo, automaticamente a reclassifica como 'grave', aplicando-se a faixa de multas desta categoria superior.
 - (B) a condição de primariedade do infrator e a adoção de medidas para minimizar os efeitos da infração são circunstâncias atenuantes, mas sua aplicação pode ser afastada pela autoridade julgadora se a infração resultar em dano à saúde pública ou ocorrer em unidade de conservação, dada a preponderância de certas agravantes.
 - (C) a reincidência, principal circunstância agravante, somente se configura quando o infrator comete a mesma infração (reincidência específica) no período de um ano após a decisão administrativa definitiva anterior, sendo irrelevante o cometimento de infrações de natureza diversa.
 - (D) a confissão espontânea da infração pelo autuado e a imediata reparação do dano são consideradas circunstâncias atenuantes que, quando presentes, obrigam a autoridade ambiental a converter a penalidade de multa em advertência, independentemente da gravidade do fato.
 - (E) a obtenção de vantagem econômica com a prática da infração é considerada uma circunstância agravante que apenas majora o valor final da multa em um percentual fixo de 50%, não influenciando outros fatores do cálculo.
-
47. A licença ambiental, enquanto ato administrativo complexo, não confere um direito adquirido ao empreendedor, possuindo natureza precária. A jurisprudência dos tribunais superiores consolidou um entendimento sobre os limites dessa precariedade e a eventual responsabilização do Poder Público por danos decorrentes de atividades licenciadas. Nesse contexto,
- (A) a responsabilidade do Estado-licenciador é sempre objetiva e solidária em relação a qualquer dano causado pela atividade licenciada, pois o ato de licenciar equivale a assumir o risco integral da atividade, independentemente de qualquer falha no procedimento.
 - (B) uma vez concedida a licença ambiental, o Poder Público transfere integralmente a responsabilidade por futuros danos ao empreendedor, isentando-se de qualquer obrigação, mesmo que o dano decorra de uma falha manifesta no Estudo de Impacto Ambiental que o próprio órgão aprovou.
 - (C) a natureza precária da licença ambiental permite que o órgão licenciador a revogue a qualquer tempo por mera conveniência e oportunidade, sem necessidade de processo administrativo ou de demonstração de nexos causal com novo risco ambiental, por se tratar de ato discricionário.
 - (D) a responsabilidade civil do Estado por danos ambientais decorrentes de empreendimentos licenciados é, em regra, subsidiária, mas essa responsabilidade torna-se solidária com a do empreendedor-poluidor quando se comprova que o dano é consequência direta de uma falha, omissão ou negligência do órgão no exercício de seu dever de fiscalização e controle durante o processo de licenciamento.
 - (E) a superveniência de uma norma ambiental mais restritiva não afeta as licenças já emitidas, em respeito ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido do empreendedor, que deve apenas se adequar às novas regras na próxima renovação da licença.



48. A distribuição do ônus da prova em matéria ambiental, tanto na esfera administrativa do licenciamento quanto na judicial, é fortemente influenciada pelos princípios da precaução e da prevenção, resultando em uma dinâmica processual distinta da regra geral do Código de Processo Civil. Dessa forma,
- (A) a inversão do ônus da prova só é admitida em casos de dano ambiental já consumado, para facilitar a prova do nexo causal, sendo que em processos que visam apenas prevenir um dano futuro (tutela inibitória), como o questionamento de uma Licença Prévia, aplica-se a regra geral do Código de Processo Civil, cabendo ao autor provar o risco.
 - (B) no processo de licenciamento, o ônus do empreendedor se esgota com a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o qual, aprovado pelo órgão ambiental, prevê que qualquer questionamento futuro sobre a segurança da atividade transfere o ônus da prova para o órgão licenciador, que passa a ter o dever de defender a qualidade técnica de sua análise.
 - (C) na esfera judicial, em uma Ação Civil Pública que questiona a validade de uma licença ambiental, o ônus da prova recai integralmente sobre o autor (Ministério Público ou associação), que deve demonstrar cabalmente a incorreção dos estudos técnicos que embasaram o ato administrativo, em respeito à presunção de legitimidade dos atos da administração.
 - (D) a inversão do ônus da prova em matéria ambiental é uma faculdade do juiz, aplicável apenas na fase de sentença para formar sua convicção, não podendo ser declarada no início do processo, a fim de não gerar cerceamento de defesa ao empreendedor.
 - (E) em decorrência dos princípios da precaução e do poluidor-pagador, a jurisprudência consolidou a tese da inversão do ônus da prova, cabendo ao empreendedor, que busca exercer uma atividade potencialmente poluidora, o dever de demonstrar que sua atividade não causará degradação ilícita ou que as medidas mitigadoras são eficazes, tanto na esfera administrativa quanto na judicial.
-
49. O princípio do poluidor-pagador, um dos pilares da Política Nacional do Meio Ambiente, transcende a simples ideia de punição, possuindo uma complexa natureza jurídica e múltiplos desdobramentos interpretados pela doutrina e jurisprudência, sendo que
- (A) o princípio do poluidor-pagador é sinônimo do princípio do usuário-pagador, significando que apenas os usuários diretos de um recurso ambiental (como a água em uma indústria) devem arcar com os custos de sua utilização e eventual poluição, isentando outros agentes da cadeia produtiva.
 - (B) o princípio se esgota em sua dimensão reparatória, significando que, uma vez que o poluidor indenize monetariamente o dano ambiental causado, ele cumpre sua obrigação e fica isento de qualquer dever de recuperação *in natura* da área degradada.
 - (C) o princípio possui uma tríplice dimensão: preventiva, ao internalizar os custos ambientais na atividade produtiva para incentivar a não-poluição; reparatória, ao impor ao poluidor o dever de arcar com os custos da reparação integral do dano; e redistributiva, ao fazer com que o custo da poluição seja, em última análise, suportado pelos consumidores do bem ou serviço, e não pela coletividade em geral.
 - (D) o princípio do poluidor-pagador confere ao agente econômico um "direito de poluir", desde que ele pague as taxas, impostos ou compensações financeiras estabelecidas pelo Poder Público, o que o exime de cumprir os padrões de emissão e qualidade ambiental fixados em lei.
 - (E) a aplicação do princípio se restringe à responsabilidade pós-dano, sendo que custos preventivos, como a instalação de filtros e equipamentos de controle ambiental exigidos no licenciamento, não são uma expressão do princípio do poluidor-pagador, mas sim do poder de polícia geral do Estado.
-
50. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê instrumentos de gestão que extrapolam os limites físicos das unidades, como as zonas de amortecimento e os corredores ecológicos. Dentro desse contexto,
- (A) tanto a zona de amortecimento quanto os corredores ecológicos impõem limitações administrativas ao direito de propriedade, não implicando a perda do domínio pelo particular e tais restrições, por derivarem de obrigações gerais de proteção ambiental, em regra não conferem direito à indenização, salvo se comprovado que as limitações impostas esvaziam completamente o conteúdo econômico da propriedade.
 - (B) enquanto a zona de amortecimento gera uma servidão ambiental, que é indenizável, os corredores ecológicos geram apenas uma limitação administrativa, não indenizável, residindo a diferença no fato de que a primeira serve a uma unidade de conservação específica (bem público), e o segundo, a um interesse difuso de conectividade.
 - (C) a instituição de uma zona de amortecimento em uma propriedade privada equivale a uma desapropriação indireta, gerando para o proprietário o direito automático à indenização integral, uma vez que o imóvel passa a integrar a unidade de conservação e a ter sua função econômica esvaziada.
 - (D) os corredores ecológicos são uma categoria especial de unidade de conservação de uso sustentável e, como tal, as propriedades privadas em seu interior devem ser, obrigatoriamente, convertidas em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) para garantir a conectividade da paisagem.
 - (E) a definição de uma zona de amortecimento depende de lei específica para cada caso, sendo vedada sua criação no ato de instituição da própria unidade de conservação e, além disso, qualquer atividade econômica, inclusive as de baixo impacto, é proibida em seu interior.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO**

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado, Capítulo 11 [...] 11.8 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir ao tema proposto. Em caso de fuga completa ao tema proposto, a redação não será pontuada em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) em todos os itens do critério. b) fugir à modalidade de texto solicitada. Em caso de fuga completa ao gênero/tipo de texto solicitado, a redação não será pontuada em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) em todos os itens do critério. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou em outra língua que não a língua portuguesa; d) apresentar formas propositais e explícitas de anulação, como impropérios e trechos jocosos, ou predominância de rasura; e) for assinada fora do local apropriado; f) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato. g) estiver em branco; h) apresentar predominantemente letra ilegível e/ou incompreensível; i) apresentar até 7 (sete) linhas escritas; j) apresentar texto idêntico ao produzido por outro candidato ou no qual se identifique cópia (em todo ou em parte) de modelos de textos prontos disponíveis para consulta em fontes de acesso público. k) apresentar texto idêntico (em todo ou em parte) ao produzido pelo mesmo candidato, ainda que em cargos diferentes; l) não atender aos requisitos definidos na grade de correção de critérios pela Banca Examinadora. 11.9 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no caderno de provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.9.1 O candidato deverá atentar para a folha destinada ao rascunho e a folha destinada à resposta definitiva, a fim de que não seja prejudicado. A folha para a resposta definitiva será a única válida para a avaliação da Prova Discursiva-Redação. 11.10 Na Prova Discursiva-Redação, deverá ser rigorosamente observado o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova-Discursiva-Redação. 11.11 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez). 11.11.1 Considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido nota igual ou superior a 6,00 (seis).

TEXTO I

Uma espécie de animal ou planta exótica é levada até um território novo, de onde ela não é natural. Nesse território ela não tem predadores e encontra alimento com facilidade. Então, essa espécie se instala e prolifera rapidamente. Nos casos mais graves, ela causa danos econômicos, modifica o ambiente e compete com as espécies nativas, que podem até ser extintas. Esse é um cenário de invasão biológica, ou bioinvasão, apontada como a segunda maior causa de perda de biodiversidade no mundo, atrás apenas do desmatamento.

Espécies exóticas são todas aquelas que não são originárias de determinado ambiente. Elas são transportadas de maneira intencional para fins como agropecuária e ornamentação, ou de maneira acidental.

Nem toda espécie exótica é invasora. Muitas delas até são transportadas, mas por incompatibilidades biológicas e ambientais não conseguem se estabelecer. Quando a espécie se adapta ao novo território e passa a representar riscos ao ecossistema nativo, então ela pode ser caracterizada como invasora.

(Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Adaptado)

TEXTO II

No Brasil, o primeiro diagnóstico sobre espécies exóticas invasoras realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2005, revelou 543 espécies exóticas invasoras, incluindo espécies que afetam o meio ambiente (marinho, águas continentais e terrestre), a saúde e os sistemas produtivos (agricultura, pecuária e silvicultura). Entre as espécies registradas, destacam-se o coral-sol, nos ambientes marinhos, o mexilhão-dourado, nas águas continentais, e o javali, nos ambientes terrestres. Animais domésticos como cães e gatos são também considerados espécies exóticas invasoras quando predam ou competem com a fauna nativa em áreas naturais.

(Disponível em: <https://www.ibama.gov.br>)

Considerando as ideias presentes nos Textos I e II, redija um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se sobre o tema:

Os desafios da invasão biológica no Brasil.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	



15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO